

PARECER JURÍDICO Nº 143/2026

EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2026. INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED. CONVÊNIO Nº 1481001089/2024 – SEDESE – PROGRAMA ESPORTE LED. OBRA/SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA. MENOR PREÇO GLOBAL. REGULARIDADE FORMAL. VIABILIDADE JURÍDICA. PARECER OPINATIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 139/2026**, na qual solicita parecer jurídico quanto a análise de abertura do Processo Licitatório 023/2026, Concorrência Pública nº 007/2026, critério de julgamento tipo menor preço global, com objetivo de contratação de empresa para serviços de instalação de refletores LED no campo de futebol do bairro Ibraim, no município de Cataguases-MG.

Carreado ao requerimento inicial, encontram-se o Ofício SO-060/2026, Síntese Informativa do Edital, Declaração do Setor Requisitante, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Relatório Fotográfico, Memorial Descritivo, Projeto de Instalação Elétrica, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária de Custos, Memória de Cálculo, Composição de Custos e BDI, bem como legislação municipal aplicável.

Quanto ao objeto, trata-se de contratação de empresa especializada em instalação de refletores LED do Campo de Futebol no Bairro Ibraim, no município de Cataguases-MG, por meio do Convênio nº 1481001089/2024 - SEDESE Programa Esporte LED.

O valor global estimado é de R\$274.290,26 (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e vinte e seis centavos).

É o sucinto relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À guisa de introdução, preleciona a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, que impõe aos órgãos públicos, em razão de sua incumbência de bem gerenciar o erário, que realizem licitações para contratações de obras, aquisições, prestações de serviços e alienações a particulares, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Da interpretação da Lei nº 14.133/2021, infere-se que o procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

De acordo com o artigo 17 da nova legislação, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

Para o devido controle prévio da legalidade, define o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, que assim dispõe:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando a documentação anexada, os procedimentos iniciais para abertura de procedimento licitatório foram corretamente observados. A Concorrência é modalidade de licitação obrigatória para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, podendo ser adotada independentemente do valor estimado da contratação, logo, a escolha da modalidade revela-se adequada à natureza do objeto.

Além disso, o critério de julgamento por menor preço global mostra-se juridicamente apropriado, diante natureza integrada da obra, pois a divisão poderia comprometer a execução técnica ou a responsabilidade contratual.

Destaca-se que a contratação decorre do Convênio nº 1481001089/2024 – SEDESE (Programa Esporte LED), logo, devem ser observadas, integralmente, as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento, sob pena de responsabilização administrativa.

Da análise da Declaração formal do setor requisitante, do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar resta evidente que a contratação pretendida é necessária pois a área encontra-se atualmente sem sistema de iluminação pública e sem infraestrutura elétrica instalada, o que compromete a segurança e limita a utilização do espaço no período noturno.

Desta forma, a justificativa apresentada é válida, diante da demanda apontada, qual seja implantação do sistema de iluminação em LED, visando proporcionar melhores condições de segurança, visibilidade e uso adequado do local pela população.

Ainda, consta dos autos Mapa de Risco, bem como Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária de Custos, meios para formação da estimativa orçamentária, em consonância com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, além da indicação expressa da dotação orçamentária, sendo, portanto, observados os parâmetros legais para análise.

Pontua-se que a definição da estimativa orçamentária se insere no âmbito da discricionariedade técnica da Administração, desde que observados os parâmetros legais aplicáveis, não cabendo ao parecer jurídico substituir-se à análise técnica quanto à suficiência ou adequação dos valores apurados.

Seguindo a análise, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara, contemplando as cláusulas essenciais previstas na Lei no 14.133/2021, disciplinando direitos e obrigações das partes, regime de execução, sanções, hipóteses de extinção e modelo de gestão contratual.

Ressalta-se a obrigatoriedade de divulgação do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como nos demais meios oficiais de comunicação do Município, sendo a publicidade uma condição de eficácia do certame.

A data indicada no edital constitui mera previsão, condicionada à publicação do instrumento convocatório no Jornal do Município de Cataguases em 08/03/2026.

Considerando tratar-se de serviço comum e de obras e serviços comuns de engenharia, foi observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Na hipótese de eventual alteração da data de publicação do edital, a data de abertura da sessão será devidamente retificada, de forma proporcional, assegurando-se o integral cumprimento dos prazos legais previstos na legislação vigente.

Desta forma, é possível aferir claramente que o processo licitatório atende as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Cumpre destacar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, presume-se que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório nº 023/2026, Concorrência Pública nº 007/2026, critério de julgamento tipo menor preço global.

A decisão final quanto à deflagração do certame compete exclusivamente à autoridade administrativa competente, que deverá motivá-la expressamente, assumindo a responsabilidade administrativa pela contratação, nos termos da legislação vigente.

Registre-se, para fins de responsabilização, que as informações técnicas constantes dos autos são de inteira responsabilidade da área técnica demandante, limitando-se o presente parecer à análise da legalidade formal e jurídica do procedimento.

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 05 (cinco) de março de 2026.

MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 – Centro – CEP: 36-770-020
Cataguases/MG – Pabx: (32) 3422-1066